



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA

TERMO ADITIVO Nº 02/2025

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA

Nome da autoridade competente: Cristiano [REDACTED] Ramalho

Matricula funcional: nº XXX.049.424.XX.

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria Nacional de Pesca Artesanal

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria MPA Nº 43, de 27 de abril de 2023

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 580003 - MPA

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 580003 - MPA

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO

Nome da autoridade competente: 24.134.488/00014-08

Número do CPF: XXX.720.744-XX

Nome do Departamento Responsável pela execução do objeto do TED: Centro de Filosofias e Ciências Humanas - CFCH

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: Nº 153080 (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PERNAMBUCO- UFPE)

Número e Nome da Unidade Gestora- UG responsável pela execução do objeto do TED: Nº 153084 (CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS- CFCH)

3. OBJETO DO TERMO ADITIVO

Este Termo Aditivo visa à prorrogação do prazo de vigência do Termo de Execução Descentralizada nº 92/2023, conforme o Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020.

4. VIGÊNCIA

O prazo de vigência do Termo de Execução Descentralizada nº 92/2023, fica prorrogado até o dia 30 de novembro de 2025.

5. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

58101.20.608.1031.20Y1.0001 - UGR 580006

6. RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Execução Descentralizada original que não tenham sido alteradas por este instrumento.

7 - PUBLICAÇÃO

A Unidade Descentralizadora providenciará a publicação do extrato deste Termo Aditivo no seu sítio eletrônico oficial no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura. No mesmo prazo, tanto a Unidade Descentralizadora quanto a Unidade Descentralizada disponibilizarão a íntegra do Termo Aditivo celebrado e do plano de trabalho atualizado em seus sítios eletrônicos oficiais.

8. ASSINATURA:

Pela UNIÃO/MPA:

(assinado eletronicamente)
CRISTIANO [REDACTED] RAMALHO
Secretaria Nacional de Pesca Artesanal

Pelo Município/Estado/Entidade:

(assinado eletronicamente)
ALFREDO [REDACTED] GOMES
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)



Documento assinado eletronicamente por **ALFREDO [REDACTED] GOMES, Usuário Externo**, em 26/06/2025, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO [REDACTED] RAMALHO, Secretário(a) Nacional de Pesca Artesanal**, em 26/06/2025, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **43532940** e o código CRC **5BD25C44**.

Referência: Processo nº 00350.012081/2023-15

SEI nº 43532940



MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL

II- **PLANO DE TRABALHO** DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA N.º 92/2023 -
TRANSFEREGOV.BR N.º 954860/2023.

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizadora: **SECRETARIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL**

Nome da autoridade competente: Cristiano [REDACTED] Ramalho

Número do CPF: [REDACTED]

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria Nacional de Pesca Artesanal (SNPA)

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria 1.107 de 23 de janeiro de 2023 e Portaria MPA n.º 43, de 27 de abril de 2023.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: 580003 - Coordenação-Geral de Gestão e Administração - CGGA

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: 580006 - Secretaria Nacional de Pesca Artesanal -SNPA

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)**

CNPJ: 24.134.488/0001-08

Nome da autoridade competente: Alfredo [REDACTED] Gomes

Número do CPF:

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED:

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: Nº 153080 (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE)

Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED: Nº 153084(CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFCH)

3. OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a descentralização de créditos orçamentários e financeiros à Universidade Federal de Pernambuco - UFPE para o projeto de elaboração do Plano Nacional da Pesca Artesanal.

OBJETIVO GERAL: Redigir, como produto final, o documento “Plano Nacional da Pesca Artesanal - PNPArt”

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

1. Realizar as Plenárias Regionais (duas na região Norte, duas na região Nordeste, uma na região Centro-Oeste, uma na região Sudeste e uma na região Sul, conforme o critério da distribuição proporcional do universo das comunidades pesqueiras tradicionais/artesaniais pelas grandes regiões do país), incluindo atividades-meio (condições logísticas e organizacionais para a realização dos eventos presenciais) e atividades-fim (o trabalho propriamente dito de condução das atividades de discussão e debate com as representações das comunidades pesqueiras por eixos temáticos, coleta e sistematização dos dados produzidos).
2. Produzir Relatórios Regionais respectivos, os quais serão confeccionados a partir dos dados coletados por ocasião das Plenárias Regionais, bem como da sistematização e análise dos mesmos pela equipe de pesquisadoras/es em parceria com a Secretaria Nacional da Pesca Artesanal (SNPA-MPA).
3. Realizar a Plenária Nacional: a equipe de pesquisadores/as promoverá, juntamente com membros da SNPA e com delegados representantes das Plenárias Regionais e escolhidos por ocasião das mesmas, a revisão final do PNPArt, a ser entregue ao Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura e Presidência da República.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

O Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPAart) tem como objetivo estabelecer princípios, estratégias, metas e ações que visam orientar e fundamentar as ações do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), na elaboração de políticas públicas para as comunidades de pescadoras e pescadores artesanais do Brasil. O Plano Nacional, que será construído por meio deste Termo de Execução Descentralizada, tem uma previsão de vigência de 10 anos, contribuindo assim para a construção de uma política de Estado para a Pesca Artesanal. Ele deverá estar alinhado às Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza, da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), aprovada em 2014, adotada por 143 países, incluindo o Brasil.

PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES: ETAPAS CONSTITUTIVAS

1. Contratação de uma pessoa responsável (coordenação geral) pela realização das Plenárias Regionais; a coordenação geral constituirá a equipe (composta por corpo técnico-administrativo e de pesquisadoras/es) responsável por estruturar e conduzir as atividades de trabalho com representantes das comunidades pesqueiras, por região do país;
2. Realização das Plenárias Regionais, concebendo-as em termos logístico-organizacionais (loais de realização das reuniões de trabalho, passagens, hospedagem, alimentação) e metodológicos (programação das atividades, dinâmica das reuniões de trabalho, coleta de dados, análise e relatoria);
3. Tendo como material base os relatórios das plenárias regionais, elaborar o texto básico do PNPArt e disponibilizá-lo para apreciação da Secretaria Nacional da Pesca Artesanal e Fórum Nacional da Pesca Artesanal.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

A Secretaria Nacional da Pesca Artesanal (Ministério da Pesca e Aquicultura) instituiu, juntamente com entidades representativas das comunidades pesqueiras artesanais e tradicionais do país, o Fórum Nacional da Pesca Artesanal. Tal composição bipartite (governo e sociedade civil organizada) decidiu pela constituição, pela primeira vez na história do país, de um Plano Nacional da Pesca Artesanal (PNPAr), instrumento político-institucional de referência para as políticas públicas no setor no próximo decênio.

Em qualquer setor ou área de atuação social, seu respectivo Plano Nacional é simultaneamente um documento de natureza política, institucional-legal e científico-racional. Como tal, sua confecção exige o devido equilíbrio entre aspirações e demandas de teor sociopolítico, receptividade no ordenamento jurídico e exequibilidade em termos administrativo-organizacionais, orçamentários, concatenação racional e lógica entre metas fundamentais e meios para consecução daquelas. O planejamento das políticas públicas em dado setor situa-se sempre na intersecção entre estas três dimensões.

Neste sentido é que se justifica a decisão, pela Secretaria Nacional da Pesca Artesanal e pelo Fórum Nacional da Pesca Artesanal, de convidar pesquisadoras, pesquisadores e servidores técnico-administrativos da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) para constituírem uma equipe, de perfil multidisciplinar, responsável pela coordenação, articulação e execução de todas as atividades constitutivas do projeto de construção do PNPAr.

O objetivo da equipe coordenadora do projeto será o de construir uma metodologia de trabalho cujo objetivo será captar - em cada uma das diretrizes estratégicas também determinadas pelo duo FNPAr e Ministério - as demandas das comunidades pesqueiras artesanais de todo o país em plenárias regionais, convertê-las em dados, os quais serão tabulados, sintetizados, analisados e relatados, para novamente serem vertidos à apreciação dos povos da pesca (através de suas entidades representativas), até que de tal dinâmica emergja a forma final do PNPAr.

Do ponto de vista da Unidade Descentralizada (Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Sociologia), o projeto de trabalho aqui desenhado possui um inequívoco caráter extensionista, na medida em que consiste na mobilização de pesquisadores/as da Universidade em uma articulação com a sociedade civil visando troca de saberes e contribuição acadêmica para o desenvolvimento social. A troca de saberes se constitui igualmente como benefício para a universidade, ao se constituir como oportunidade para o aprimoramento intelectual, profissional e acadêmico dos membros da equipe realizador

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

(X) Sim

() Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

(X) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

(X) Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(X) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

Justificativa para a permissão de subdescentralização, execução por particulares, ou execução descentralizada: Autorizado conforme art. 16 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, in verbis:

(...) Seção VIII Da execução Art. 16. A execução de programas, de projetos e de atividades será realizada nos termos estabelecidos no TED, observado o plano de trabalho e a classificação funcional programática.

§ 1º Caso seja expressamente previsto no TED, poderá haver subdescentralização entre a unidade descentralizada e outro órgão ou entidade da administração pública federal, hipótese em que a unidade responsável pela execução observará as regras estabelecidas no TED.

§ 2º Nas hipóteses de subdescentralização dos créditos orçamentários, a delegação de competência prevista no parágrafo único do art.1º fica estendida às unidades responsáveis pela execução final dos créditos orçamentários descentralizados.

§ 3º A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados será expressamente prevista no TED e observará as características da ação orçamentária constantes do cadastro de ações, disponível no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento -SIOP, e poderá ser:

I - direta, por meio da utilização da força de trabalho da unidade descentralizada; II - por meio da contratação de particulares, observadas as normas para licitações e contratos da administração pública; ou

II - descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

§ 4º Na execução descentralizada de que trata o inciso III do § 3º, a unidade descentralizada poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 1994, observada a legislação aplicável a cada tipo de ajuste e mediante previsão expressa no TED.

§ 5º A contratação de particulares e a execução descentralizada de que tratam os § 3º e § 4º não descaracterizam a capacidade técnica da unidade descentralizada e não afasta a necessidade de observação dos atos normativos que tratam dos respectivos instrumentos jurídicos de contratação ou de execução descentralizada. (...)

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

(x)Sim

()NãoO pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado: Taxa de administração da Fundação de Apoio: R\$ 277.294,63 (7%), valor destinado aos custos operacionais da FADE.

| METAS | DESCRIÇÃO | Unidade de Medida | Quantidade | Valor Unitário | Valor Total | Início | Fim |
|---------------|--|-------------------|------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|
| META 1 | Plenária Sudeste: Vitória ES | Relatório | 1 | 248.960,83 | 539.415,15 | Out/24 | Out/24 |
| PRODUTO | Relatório Regional Sudeste | Relatório | 1 | 248.960,83 | 539.415,15 | Out/24 | Out/24 |
| META 2 | Plenária Sul: Centro Oeste - MS | Relatório | 1 | 539.415,15 | 539.415,15 | OutNov/24 | OutNov/24 |

| | | | | | | | |
|---------------|---|------------------|----------|-------------------|-------------------|---------------|---------------|
| PRODUTO | Relatório Regional Centro Oeste | Relatório | 1 | 539.415,15 | 539.415,15 | OutNov/24 | OutNov/24 |
| META 3 | Plenária Nordeste 1 - Fortaleza | Relatório | 1 | 539.415,15 | 539.415,15 | Nov/24 | Nov/24 |
| PRODUTO | Relatório Regional Nordeste 1 | Relatório | 1 | 539.415,15 | 539.415,15 | Nov/24 | Nov/24 |
| META 4 | Plenária Nordeste 2: Salvador BA | Relatório | 1 | 539.415,15 | 539.415,15 | Dez/24 | Dez/24 |
| PRODUTO | Relatório Regional Nordeste 2 | Relatório | 1 | 539.415,15 | 539.415,15 | Dez/24 | Dez/24 |
| META 5 | Plenária Norte 1: Manaus - AM | Relatório | 1 | 539.415,15 | 539.415,15 | Fev/25 | Fev/25 |
| PRODUTO | Relatório Regional Norte 1 | Relatório | 1 | 539.415,15 | 539.415,15 | Fev/25 | Fev/25 |
| META 6 | Plenária Norte 2: Belém - PA | Relatório | 1 | 539.415,15 | 539.415,15 | Mar/25 | Mar/25 |
| PRODUTO | Relatório Regional Norte 2 | Relatório | 1 | 539.415,15 | 539.415,15 | Mar/25 | Mar/25 |
| META 7 | Plenária Sul: Florianópolis | Relatório | 1 | 539.415,15 | 539.415,15 | Abr/25 | Abr/25 |
| PRODUTO | Relatório Regional Sul | Relatório | 1 | 539.415,15 | 539.415,15 | Abr/25 | Abr/25 |
| META 8 | Plenária Nacional | Relatório | 1 | 753.194,67 | 753.194,67 | Set/25 | Set/25 |
| PRODUTO | Plano Nacional de Pesca Artesanal | Relatório | 1 | 753.194,67 | 753.194,67 | Set/25 | Set/25 |

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

| MÊS/ANO | VALOR |
|----------------------|-------------------------|
| Dezembro/2023 | R\$ 671.686,34 |
| Abril/2024 | R\$ 3.566.960,06 |
| Total | R\$ 4.238.646,40 |

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

| CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA | CUSTO INDIRETO | VALOR PREVISTO |
|-------------------------------|----------------|------------------|
| 33.90.39 | Não | R\$ 3.961.351,44 |
| 33.90.39 | Sim | R\$ 277.294,66 |

12. PROPOSIÇÃO

(assinado eletronicamente)
ALFREDO [REDACTED] GOMES
 Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

13. APROVAÇÃO

(assinado eletronicamente)
CRISTIANO [REDACTED] RAMALHO
 Secretário Nacional de Pesca Artesanal



Documento assinado eletronicamente por **ALFREDO [REDACTED] GOMES, Usuário Externo**, em 26/06/2025, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANO [REDACTED] RAMALHO, Secretário(a) Nacional de Pesca Artesanal**, em 26/06/2025, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **43532857** e o código CRC **AE6DF4CC**.